

RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE NO ESTADO TOTALITÁRIO: UM OLHAR FOUCAULTIANO SOBRE “A VIDA DOS OUTROS”

Fábio Gomes de França¹

RESUMO: Para Foucault, a governamentalidade é um processo próprio da modernidade que está presente tanto nos Estados democráticos como nos totalitários, nos quais se disseminaram relações de poder que se estabelecem por condições estratégicas, técnicas governamentais e formas de dominação. Nesse sentido, buscamos mostrar neste paper como se estrutura a relação entre resistência e subjetividade enquanto lutas contrárias aos mecanismos de subjetivação-objetivação, elementos esses próprios da constituição do sujeito moderno pelo prisma foucaultiano. Para tanto, debruçamos nosso olhar sobre a película “A vida dos outros”, do diretor alemão Florian Henckel von Donnersmarck, a qual deslinda a realidade do regime socialista na antiga Alemanha Oriental. Por fim, refletimos que a ficção cinematográfica pode ser utilizada como instrumento metodológico para compreendermos, à luz das considerações propostas pelo pensador francês, o que está oculto exatamente por mostrar sua visibilidade, de modo que possamos, a partir da trama vivenciada pelas personagens, empreender caminho que nos leve à proposição do “cuidar de si para cuidar do outro” enquanto prática de resistência às artimanhas do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência; Subjetividade; Poder.

ABSTRACT: For Foucault, governmentality is a process characteristic of modernity that is present both in democratic and totalitarian States, in which have spread power relations that are established by strategic conditions, governmental techniques and forms of domination. In this sense, we try to show in this paper how the relationship between resistance and subjectivity is structured as a struggle against the mechanisms of subjectivity-objectification, the very elements of the constitution of the modern subject through the foucauldian prism. To this end, we out our attention on the film “The Lives of Others” by German director Florian Henckel von Donnersmarck, which unravels the reality of socialism in the former East Germany. Finally, our reflections suggest that the cinematographic fiction enables us to use it as a methodological tool to understand in the light of the considerations proposed by the French thinker, what is hidden by the very fact of showing its visibility, so that we can, from the plot experienced by the characters, take a path that leads us to the proposition of “take care of yourself to take care of the other” as a practice of resistance to the wiles of power.

KEYWORDS: Resistance; Subjectivity; Power.

Já se passaram 25 anos desde a queda do muro de Berlim, fato esse que propiciou a reunificação das Alemanhas Oriental e Ocidental numa só nação e representou um acontecimento que marcou a história mundial por servir de ícone para o fim da União Soviética e de sua zona de influência, especialmente nos países do Leste Europeu.

Assim, partimos desse contexto histórico para utilizarmos a perspectiva foucaultiana na análise da película “A vida dos outros”, a qual narra a vida de artistas na extinta Alemanha Oriental e a militância política dos mesmos, sob o jugo do controle estatal através da polícia política e da corrupção das classes dirigentes do partido comunista alemão oriental.

No entanto, em meio à trama observada no filme, pretendemos mostrar que as sociedades que estiveram sob a influência soviética também faziam parte do que Foucault conceituou de sociedade disciplinar, onde relações de poder desenvolveram-se enquanto relações estratégicas para dominar e controlar os indivíduos e as populações. Além disso, queremos deixar claro nosso posicionamento em compreender as extintas nações socialistas como regimes totalitários, no sentido arendtiano, sem preocupação com as críticas e debates que fomentam análises sobre o real emprego do termo totalitarismo no que concerne ao mundo comunista.²

Por fim, mostrar-se-á que, no campo do que consideramos a fase da ética em Foucault, analisaremos o significado da resistência à lógica do poder a partir de uma personagem do filme que é agente da Stasi (a polícia secreta da antiga Alemanha Oriental). Se o pensador francês nos delegou a missão de fazermos de nossas vidas uma obra de arte para lutarmos contra as amarras de um poder que nos normaliza e nos torna sujeitos docilizados,

tal personagem, pois, é um símbolo do que vem a ser “resistir” pelo olhar foucaultiano, já que o mesmo passa a ajudar os artistas perseguidos pelo regime comunista, após ser subjetivamente tocado pela arte.

SOCIEDADES DE DISCIPLINA, CONTROLE E PODER

No pensamento histórico-filosófico foucaultiano, para compreendermos o que vem a ser a modernidade, devemos analisar a relação que se estabelece entre verdade, saber e poder, de modo que esses três elementos sejam vistos como as faces principais do sistema de dominação moderna entre os homens, o que acaba por gerar uma forma típica de subjetivação dos indivíduos. Nesse sentido, estamos diante de um processo histórico através do qual o sujeito moderno tornou-se algo fabricável por técnicas específicas, especialmente nas instituições que passaram a ser criadas com o advento do Estado moderno.

Assim, segundo Foucault (1987), até o século XVII as regras de direito vigentes estavam presas ao regime de soberania real. Em certo sentido, os delitos cometidos em sociedade acabavam por adquirir o significado de uma afronta ao rei, pois era esse último que era visível para a sociedade. O poder presente na esfera real era o poder soberano, o qual se legitimava por meio dos suplícios corporais executados ritualmente como espetáculos públicos, aos olhos de todos. Como exemplo, Foucault (1987) nos relata nas primeiras páginas de “Vigiar e punir” o suplício de Damiens, o qual cometera parricídio e, por tal ato, foi levado ao cadafalso em praça pública, onde a multidão assistiu ao seu esquartejamento, o que de certa forma tornava-se legítimo para que todos vissem

como o poder soberano se estabelecia: pela violência física contra os corpos dos supliciados.

No entanto, a partir de questionamentos acionados pelo povo sobre a posição adotada por uma justiça que agia em nome do soberano para efetivar seu poder através da violência corporal, houve um movimento para a reformulação dos diversos códigos penais europeus no início do século XIX. Destacaram-se, como expõe Foucault (1987), reformadores que tinham a pretensão de humanizar as formas de punir. Por essa lógica, nomes como o do pensador italiano Cesare Beccaria foram evidenciados. No seu “Dos delitos e das penas”, obra lançada em 1764, Beccaria (2003) argumenta a favor de uma completa modificação do regime jurídico, o qual deveria pautar-se no contrato social e levar em consideração o livre-arbítrio dos indivíduos. Para ele, nesse sentido, importava o ato delituoso que, se rompia o ideal presente no contrato social, deveria ser prevenido por uma pena específica que evitasse um dano social. O aparecimento das testemunhas e de um julgamento com o conhecimento do réu dos seus acusadores e do que se imputava contra o mesmo, segundo Beccaria (2003), deveriam nortear a justiça penal, de modo que até mesmo o monarca deveria obedecer a tais princípios.

No entanto, afirma Foucault (1987, 2003) que, na modernidade, essa configuração que modificou o regime penal dos principais estados europeus no início do século XIX não se trata de uma humanização das penas, pois o que ocorreu foi o estabelecimento de instituições que passaram a adotar uma “ortopedia social”. A prisão passou a ser utilizada como modelo único para prevenir e reprimir os diferentes tipos de delitos praticados em sociedade. Nesse sentido, Foucault (1987) nos diz que as instituições na modernidade, na verdade, são instituições disciplinares, onde

novas relações de poder, diferentes do regime de soberania, não se reportam para os corpos e à violência sobre eles, mas para o disciplinamento e o controle dos mesmos, como também para a consolidação de mecanismos que passam a subjetivar os indivíduos. Ou seja, o sujeito passa a ser uma construção das técnicas disciplinares.

Ocorre, então, um processo que se expande para prisões, quartéis, asilos, manicômios, escolas, fábricas, hospitais, enfim, onde o que importa é a produção de corpos “úteis” e “dóceis” que serão adestrados e treinados para determinadas produtividades que, no final das contas, acabarão por conformar as engrenagens do sistema capitalista de produção. Nessa perspectiva, Foucault (2003) nega a tese marxista de que o poder estaria presente no modo como uma classe social detém os meios de produção e expropria outra explorando-a, pois para o sistema capitalista funcionar é necessário que se adestre primeiro os operários. Outra situação a se considerar é que o poder não estaria no topo, representado pelo Estado, segundo uma concepção jurídica, mas, ao contrário, estaria nas diversas relações vivenciadas pelos indivíduos, em baixo, distante das esferas estatais. Só que esses embates não deixam de influenciar a configuração estatal, o que leva a buscarmos também uma análise de poder ascendente.

Desse modo, Foucault (1987) demonstra, ao contrário do poder soberano e da violência atrelada a ele, que se formatou nas citadas instituições um poder disciplinar, visto que o mesmo utiliza-se das disciplinas como técnica para moldar e domesticar os corpos dos indivíduos. Só que esse poder funciona de forma positiva. Não é um poder que reprime, apenas. Ao invés de violência o poder disciplinar funciona de forma produtiva, de maneira que ele naturaliza as dissimetrias existentes nas diversas

hierarquias institucionais fazendo com que exista um aumento para a aptidão às regras das instituições, o que acaba por acentuar a dominação, ou seja,

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Nessa perspectiva, Foucault (1987) nos faz perceber que, se o poder disciplinar desenvolve uma docilização dos sujeitos através dos processos que os subjetivam nas instituições disciplinares, elas, neste caso, também funcionam como instituições de sequestro, já que esses sujeitos “normalizados” passam a participar de uma lógica disciplinar que busca uniformizar e padronizar não só procedimentos, mas especialmente condutas. O ambiente disciplinar condena as idiosincrasias em prol da uniformidade, estabelecendo um lugar para que cada um ocupe seu espaço respeitando as hierarquias com o controle efetivo do tempo de todas as atividades desempenhadas no dia-a-dia com o dispêndio de força que possa ser útil e produtiva. Pelas palavras do próprio autor podemos sintetizar para entender o deslocamento empreendido por ele sobre a passagem da soberania à disciplina:

O meu projeto geral consistiu, no fundo, em inverter a análise geral do discurso do direito a partir da Idade Média. Procurei fazer o inverso: fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e em sua brutalidade e a partir daí mostrar não só como o direito é, de modo geral, o

instrumento dessa dominação — o que é consenso — mas também como, até que ponto e sob que forma o direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania e sim de dominação. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas (FOUCAULT, 1979, p. 181).

Por essa proposição e, ao ressituar-mos o surgimento da prisão na modernidade, destacamos que, assim como analisa o pensamento de Beccaria, Foucault (1987) estuda os escritos do inglês Jeremy Bentham. E é com base no Panóptico benthamiano que Foucault vai ilustrar-nos o modelo ideal de prisão que foi pensado por Bentham para a construção de um local onde os presos pudessem corrigir os seus comportamentos delituosos, com forte presença do trabalho como ocupação para os detentos.

De acordo com o plano do Panóptico (BENTHAM, 2008), deveria existir uma torre ao centro de uma formação circular, como um anel, onde ficariam dispostas celas com uma janela para o interior, de frente para a torre, e outra para o exterior. Da torre, um vigia poderia ver a todo instante os detentos, sem obrigatoriamente ser visto por eles, de modo que seria possível deixar a torre, mas com a manutenção da sensação de vigilância permanente que os detentos sentiriam, o que faria com que eles ficassem comportados. Essa máquina panóptica poderia ser estendida para outras instituições como escolas, hospitais e fábricas. Apenas uma única pessoa vigiando um conjunto de indivíduos.

Na leitura empreendida por Foucault (1987) sobre o Panóptico, o autor retrata o panoptismo como uma engrenagem que possui

um alcance bem além da arquitetura proposta por Bentham, pois a interiorização do olhar vigilante condicionaria os indivíduos a regularem suas condutas e promoverem um autodisciplinamento corporal e moral, estabelecendo a disciplina e o controle enquanto técnicas que fortalecem o poder. No caso das prisões, a vigilância constante dos apenados torna a alma, pois, a prisão do corpo.

Na alma podem-se imprimir definitivamente valores e quereres, concepções e práticas desejáveis com o grande benefício de aparentemente não se observar os machucados, as feridas, os hematomas. De alguma forma também o próprio supliciado se conforma mais quando não vê o horror de sua mutilação refletido em sua retina, e os demais que o observam igualmente se indignam bem menos quando tais sevícias não são expostas em carne viva. A alma é a grande tela onde a sociedade disciplinar pode tingir seus apetites e desejos produtivos (ROCHA, 2011, p. 44).

Neste caso, o tipo de poder estudado por Foucault se entrelaça com um campo de saber específico, pois, “o poder produz saber. Poder e saber estão diretamente implicados. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27). Essa constatação diz respeito à ingerência dos ditames especialmente das ciências humanas e do saber médico no campo do direito penal e da justiça, o que conforma técnicas de normalização dos indivíduos. Normalizar significa dizer que aqueles que não se adéquam às correções impostas pelos diversos mecanismos disciplinares passam a ser vistos como anormais e o saber que se acumula a respeito desses transgressores nas instituições é que propicia o fortalecimento do

discurso das ciências humanas e do campo médico (psiquiatria) e de seus técnicos habilitados, o que gera uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2007) por parte de quem detém o saber, já que essa verdade se constrói numa relação entre quem fala e quem escuta.

Foucault (2007) também expõe sobre o conceito de biopoder, que seria um tipo de poder que surge no século XVIII e se dissemina nas sociedades modernas normalizando as populações. Interessa ao biopoder gerir a vida dos indivíduos através de funções estatais como a preocupação sobre a natalidade, mortalidade, vacinação, fecundidade, enfim, por meio de um saber que se sustenta através de dados estatísticos. O biopoder estabelece um controle das populações e está intrinsecamente ligado às artes de governar. Assim, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 2007, p. 152).

No caso do antigo bloco dos países socialistas liderados pela extinta União Soviética, Foucault (2010a, p. 191) nos diz que “os métodos disciplinares, tudo o que funcionava efetivamente na sociedade burguesa, já por volta de 1850, passou em bloco no regime soviético”.³ Isso significa dizer também que o princípio de punição dos soviéticos seguiu os métodos burgueses, só que, ao invés de transformar as formas de punir, os soviéticos agravaram-nas. Ocorre que, análogo ao processo de importação de métodos de gestão ocidentais como o taylorismo, os soviéticos adotaram também as técnicas disciplinares dando-lhes uma nova configuração, ou seja, “a disciplina de partido” (FOUCAULT, 2010a). E nesse contexto, o medo surgiu como um componente para consolidar a “ditadura do proletariado”, pois,

O medo é circular. Mas, a partir do momento em que os ministros, os comissários de polícia, os acadêmicos, todos os responsáveis do partido se tornam inamovíveis e não temem mais nada para si mesmos, a disciplina, mais abaixo, vai funcionar perfeitamente, sem que haja, inclusive, a possibilidade, talvez um pouco quimérica mas sempre presente, de um reviramento. A disciplina vai reinar, sem sombra e sem risco (FOUCAULT, 2010a, p. 196).

Nesse esteio, e seguindo os passos de Arendt (1989), importa-nos observar como as peculiaridades do regime soviético podem ser analisadas sob o prisma medo-disciplina-controle. Por essa lógica, levando-se em consideração as relações de poder (disciplinar e biopoder) em um Estado totalitário, analisaremos a realidade da antiga Alemanha Oriental, principal país da área de influência da extinta União Soviética, sob a ótica das cenas do filme “A vida dos outros”.

TOTALITARISMO E CONTROLE ESTATAL NAS SOCIEDADES SOCIALISTAS

Para Arendt (1989), o Estado totalitário caracteriza-se principalmente pela presença de duas fontes de autoridade, ou seja, o próprio Estado e o partido, sendo que se estabeleça nessa coexistência um binarismo que evoque uma autoridade real do partido em detrimento de uma aparente atuação do Estado. Além dessa relação descrita anteriormente, destaca-se como regra geral de um Estado totalitário o fato de que quanto mais visíveis as instituições estatais menos poder elas exercem, pois o poder legítimo emana de onde parte o “segredo”. E é esse “segredo”

que possibilita a atuação das polícias secretas, por exemplo, transformando-as no principal *leitmotiv* a agir em nome do grande líder totalitário. Assim, “os agentes da polícia secreta são a classe francamente governante nos países totalitários, e as suas normas e escalas de valores permeiam toda a textura da sociedade totalitária” (ARENDRT, 1989, p. 480).

Ainda segundo Arendt (1989), decorre da atuação das polícias secretas que toda a população num regime totalitário torna-se suspeita, onde todo pensamento que se distancia do que é oficialmente posto pelo governo totalitário deve ser combatido, em qualquer esfera da atividade humana. Como consequência, a suspeita recíproca se prolifera nas relações sociais de modo que passa a englobar todas as pessoas na sociedade, mesmo distante do olhar vigilante da polícia secreta, pois “a colaboração da população na denúncia de oponentes políticos e no serviço voluntário da delação nos países totalitários é tão bem organizada que se torna quase supérfluo o trabalho dos especialistas” (*Ibidem*, p. 481). No entanto, fazer parte dos quadros de uma polícia secreta totalitária diz respeito a como os agentes policiais gerenciam suas carreiras pessoais, as quais poderão ser asseguradas através da luta contra os subversivos, pois, “aquilo de que o sistema totalitário precisa para guiar a conduta dos seus súditos é um preparo para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação bilateral, que substitui o princípio de ação, é a ideologia” (*Ibidem*, p. 520).

E é no plano da reprodução ideológica que o regime totalitário se perpetua pela presença de uma “massa” que se traduz pelo número de pessoas e pela indiferença política das mesmas que não despertam interesses comuns. Por outro lado, nos movimentos totalitários, os indivíduos organizam-

se de forma “atomizada” e “isolada”, despertando uma lealdade irrestrita por parte de todos já que existe a pretensão ideológica de que o movimento, num determinado tempo, abrangerá toda a raça humana (ARENDDT, 1989). Acrescente-se ainda o fato de que no totalitarismo a propaganda do regime e o terror tornam-se componentes essenciais para a manutenção do sistema onde o discurso ideológico cria um mundo dividido entre o movimento totalitário e os inimigos, que pode ser o resto do mundo, condição essa que possibilita a violência praticada no regime totalitarista.⁴ Nesse contexto, como exemplo, ao citar Lewin, Reis (2010) nos diz que, no regime soviético “o terror não resultou da existência de dissidentes, de *heréticos*, esses é que foram inventados, literalmente, para justificar o terror (p. 111, grifo do autor). Nessa consideração, pois, podemos entrar no universo do filme “A vida dos outros” para entendermos o funcionamento do regime socialista na antiga Alemanha Oriental, o que podemos visualizar no início da película, onde fica destacado que é o ano de

1984. Berlim Oriental. A Glasnost⁵ ainda não havia surgido. A população da RDA (República Democrática Alemã) vive sob rígido controle da Stasi, a Polícia Secreta da Alemanha comunista. Sua força de 100 mil funcionários e 200 mil informantes salvaguarda a Ditadura do Proletariado. Seu objetivo declarado: ‘saber de tudo’.⁶

É a partir dessa “vontade de saber” (FOUCAULT, 2007), própria dos agentes da polícia secreta alemã oriental que surge o personagem Gerd Wiesler (interpretado por Ulrich Mühe), que enquanto um agente aparece ministrando uma aula para futuros agentes secretos sobre como interrogar um subversivo. As palavras de Wiesler para os alunos deixam claro quais eram os

métodos adotados para arrancar a confissão dos presos políticos, ou seja, “Os inimigos do Estado são arrogantes. Lembrem-se disso. É preciso paciência. Cerca de 40 horas de trabalho”. Essas 40 horas de trabalho dizem respeito ao período de sono que não foi dado ao interrogado. Um aluno então pergunta “Por que mantê-lo acordado tanto tempo? É desumano”. Após anotar o nome do aluno em uma caderneta por causa da pergunta que fez, Wiesler responde:

Um prisioneiro inocente fica cada vez mais irritado devido à injustiça que ele sofre. Ele se enfurece e grita. Um prisioneiro culpado fica cada vez mais calmo e silencioso ou chora. Ele sabe que está lá por um motivo. A melhor forma de descobrir a culpa ou inocência é o interrogatório sem trégua.

Wiesler ainda acrescenta que o prisioneiro está mentindo pelo fato dele repetir as mesmas frases como resposta. Trata-se, na verdade, de frases preparadas que o prisioneiro tende a repetir quando sob pressão. Segundo Arendt (1989), tal técnica de interrogatório nos sistemas totalitários pode ser definida como “culpa por associação”, ou seja, “uma invenção engenhosa e simples; logo que um homem é acusado, os seus antigos amigos se transformam nos mais amargos inimigos: para salvar a própria pele, prestam informações e acorrem com denúncias que “corroboram” provas inexistentes” (p. 373), o que denota uma forma de fidelidade ao sistema. As palavras de Wiesler para o prisioneiro servem de exemplo: “Se você não nos der nomes, vamos prender a sua esposa. Jan e Nadja ficarão sob a guarda do Estado. Você quer isso? Quem o ajudou a fugir?”. E em prantos, o prisioneiro delata o amigo

e deixa escapar a informação. Por fim, Wiesler é taxativo ao encerrar a aula dizendo que: “Seus prisioneiros são inimigos do socialismo”.⁷

E é nesse clima de medo e de controle absoluto que todo o filme se desenrola. A trilha sonora, aliada ao cenário obscuro e sem cores da Berlim Oriental do período comunista, bem como dos apartamentos dos personagens que demonstram locais caracterizados por vidas cerceadas e vigiadas, criam um ambiente em que as imagens se traduzem em tensão, já que os outros personagens centrais da trama são um dramaturgo por nome de Georg Dreyman (Sebastian Koch) e sua namorada que interpreta suas peças por nome Christa-Maria Sieland (Martina Gedeck). Em meio ao enredo, Dreyman acredita que sua vida e seu apartamento estão seguros dos olhares vigilantes da polícia secreta. O que não é verdade pelo fato de que um ministro do Estado por nome de Hempf, o qual passa a assediar e chega a abusar sexualmente de Christa, determina que a Stasi monitore a vida de Dreyman, missão essa que fica a cargo de Wiesler.

Entre as cenas do filme, podemos visualizar bem as características de uma sociedade regida pela disciplina e o controle nos moldes da perspectiva socialista, especialmente pela burocratização do regime que funciona como “efeito de procedimentos que os diferenciam dos outros sistemas pela especificidade do laço que se cria entre a ordem política, a ordem administrativa e a sociedade” (FERRO, 2010, p. 72). Isso nos leva à cena na qual Wiesler, com outros agentes da Stasi, invade o apartamento de Dreyman sem o conhecimento desse último para implantar escutas telefônicas e ao perceber que a vizinha observava tudo pelo olho mágico de sua porta

fala para a mesma: “Sra. Meineke, se disser uma só palavra, Misha perde o cargo na Universidade”.

É nesse contexto que Wiesler inicia o trabalho de vigilância ocupando um sótão no prédio onde mora Dreyman. Ele passa a registrar, juntamente com outro agente da Stasi que reveza os plantões da espionagem, diuturnamente tudo o que é ouvido no apartamento, o que passa a constar em relatórios datilografados que são redigidos no momento das escutas. Nada escapa aos relatórios dos agentes e Dreyman fica catalogado como o caso “Lazlo”. No entanto, com o passar dos dias, Wiesler se depara com um outro mundo que o faz entrar em contato com a arte, já que espionava a vida daqueles que lutavam contra o regime socialista através de uma resistência artisticamente construída.

A ARTE COMO RESISTÊNCIA PARA CUIDAR DE SI E CUIDAR DO OUTRO

Para Foucault (2007, 2010b, 2010c), o poder não é uma coisa que se tem ou que se apropria porque, na verdade, o que existem são relações de poder, as quais suscitam ao mesmo tempo em que o poder se exerce formas contrárias de resistência a ele, pois, “não há relações de poder sem resistências, que estas são tão mais reais quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder, ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais” (FOUCAULT, 2010b, p. 249). Por esse prisma, e ao voltarmos nosso olhar para o filme aqui em análise, estamos

a falar não só de um regime totalitário na antiga Alemanha Oriental, mas também de um Estado governamentalizado (FOUCAULT, 1979). E se já indicamos anteriormente que o poder disciplinar e o biopoder podem ser reconhecidos pela perspectiva foucaultiana nos regimes socialistas que estavam vinculados à ex-União Soviética, pretendemos então mostrar como a partir do personagem Wiesler funciona a resistência ao poder.

Nesse contexto, após estudar o “dispositivo de sexualidade”, o qual serve de exemplo para Foucault (2007) nos mostrar como um poder com caráter positivo age ao induzir o prazer ao mesmo tempo em que fabrica discursos normalizadores sobre esse prazer, Foucault (1984) busca compreender como na antiguidade os gregos conduziam-se baseados num princípio de prazer (*aphrodisia*) no qual atos e gestos sexuais não dizem respeito a proibições, mas à moderação de condutas sexuais excessivas. Desse modo, opera-se um deslocamento histórico por um viés genealógico na tentativa de mostrar como as práticas sexuais no Ocidente depois passaram a ser modificadas por influência de uma ascese cristã que serve de atributo moral para os sujeitos guiarem seus comportamentos e pensamentos relacionados ao sexo, os quais devem passar por um processo de rarefação, de aumento da alteridade, com a exigência de se confessar as faltas e impurezas que governam a alma. No entanto, o que está em jogo também é a possibilidade de construção de um campo ético, a partir do qual os valores morais emergem por meio de um sujeito que passa a cuidar de si, já que,

Em suma, para ser dita “moral” uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral

comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (FOUCAULT, 1984, p. 28).

Então, nesta relação que o sujeito estabelece consigo, estudar a antiguidade greco-romana (FOUCAULT 1984, 1985) é perceber as diferentes formas de subjetivação no Ocidente até chegarmos ao indivíduo moderno, pois este último, como vimos, se constitui pela norma enquanto o indivíduo antigo, pela ética. De modo que “o indivíduo moderno se opõe ao antigo à mesma medida que a norma opõe-se à ética. A ética é a relação consigo, enquanto o poder da norma impede que tal relação se dê” (FONSECA, 2003, p. 139). Nessa ótica, a normalização disciplinar distancia uma relação do sujeito consigo mesmo pautada na ética, devido ao fato de que ele é objetivado e subjetivado por mecanismos e técnicas que constroem a sua identidade e que o fazem pensar tratar-se de uma identidade autônoma. O que o pensamento de Foucault nos auxilia é a compreender no presente que o indivíduo deve ter “a necessidade de construir uma ética que represente uma possibilidade de constituição de si, diferente daquela que faz dele um objeto e um sujeito” (FONSECA, 2003, p. 140).

Mas para além das preocupações de Foucault em entender a constituição do indivíduo moderno em comparação ao indivíduo antigo por meio de mecanismos que reforçam a alteridade na relação consigo por meio da sexualidade em diferentes esferas (a relação com o corpo, com o matrimônio, com os rapazes e com a verdade), o que acabou por gerar na modernidade uma patologização e moralização dos atos, gestos e pensamentos sexuais, voltamos nosso olhar para o personagem Wiesler para mostrar certo deslocamento na forma de expor a busca por uma “estética da existência” (FOUCAULT, 1984). Destacamos, pois, não a relação do sujeito consigo mesmo através de práticas sexuais, mas por meio da arte em si, o que pode ser visto como uma “arte para a existência”. Ainda assim, Foucault (2010c) nos aponta certa reflexão ao nos relatar sua surpresa sobre o fato de que na sociedade ocidental a arte tenha se transformado em algo voltado apenas para objetos e não aos indivíduos ou à vida, pois “essa arte é algo especializado ou feito por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida?” (p. 306).

E no filme, essa “arte para a existência” começa a se delinear através de Wiesler quando, após a festa de aniversário de Dreyman na casa deste último, Wiesler datilografa em seu relatório: “Lazlo e CMS desembulham presentes. Depois, presumivelmente, têm relação sexual”. Tal cena, em termos humanos, mostra o paradoxo vivido por Wiesler em sua vida pessoal já que tem de pagar a uma prostituta e, quando a pede para permanecer um pouco, ela responde que não

pode porque tem outro cliente com hora marcada. Outro dia, Wiesler vai sozinho ao apartamento de Dreyman e, após observar cuidadosamente sua cama, acaba por pegar um livro de Brecht que Dreyman recebera como presente de aniversário. Ao chegar em sua casa Wiesler lê o seguinte trecho:

Um dia de setembro sob o luar melancólico. No silêncio sob uma ameixeira eu segurei meu amor lívido e silente em meus braços como um sonho nítido e fascinante. Sobre nós, no céu de verão uma nuvem chamou minha atenção. Ela era branca e ia longe no céu. E quando eu olhei para cima, ela não estava mais lá.

Parece-nos que é neste momento que Wiesler, agente da Stasi e cumpridor de regras burocráticas e impessoalizadas, próprias de um mundo regido pela normalização, rende-se à transformação pelas palavras de um poeta, por sentir o vazio de sua vida sem significado por seguir os ditames de um regime “ideologicamente” construído para manter uma pseudo-felicidade coletiva. A “arte para a existência” faz aflorar em Wiesler um homem que passa então a cuidar de si mesmo por ter visto uma nova possibilidade para sua vida, como o homem do mito da caverna relatado por Platão que se liberta dos grilhões para enxergar a luz do sol que se escondia por detrás das sombras. É nesse caminho também que Wiesler cria a possibilidade de cuidar do outro, já que começou a cuidar de si. Assim, ele modifica os relatórios das escutas sobre Dreyman ludibriando seu companheiro de plantão nas espionagens; aparece certo dia para Christa, em um bar,⁸ mostrando-a (dados os seus conflitos em se “vender” para o governo e para as sevícias do ministro Hempf para se manter

como uma famosa atriz de teatro) o seu equívoco ao colocar em risco sua relação com Dreyman; ou, na sua importante manipulação de informações que propiciou a Dreyman enviar um artigo para o lado Ocidental sobre como o governo alemão oriental tinha parado de publicar estatísticas sobre suicídios no país. Neste último caso, após torturar psicologicamente Christa depois de prendê-la por ela comprar no mercado negro anti-depressivo para seu uso, agentes do governo liderados pelo chefe de Wiesler na Stasi invadem o apartamento de Dreyman no intuito de encontrarem a máquina de escrever na qual teria sido redigido o artigo sobre suicídio, mas Wiesler se antecipou e pegou a máquina antes dos agentes. O triste desse fato fica por conta da morte de Christa que, por ter delatado o local onde Dreyman escondia a máquina de escrever e, ao ver a chegada dos agentes da Stasi, corre em desespero do apartamento e se deixa ser atropelada na rua por um caminhão.

O chefe de Wiesler, Grubitz, suspeita de suas ações para ajudar Dreyman, mas não consegue prová-las. No entanto, rebaixa Wiesler a trabalhar abrindo cartas numa repartição esquecido e renegado com outros possíveis inimigos não provados do socialismo. Porém, o filme mostra que quatro anos e sete meses depois o muro de Berlim vai ao chão e, com ele, a história de um povo que experienciou a agonia de viver em silêncio em nome da Ditadura do Proletariado.

As atitudes de Wiesler, que o fizeram “cuidar de si para cuidar do outro” são típicas do que Foucault conceitua ser um *parrhesiasta*. Nesses termos, *parrhesía* significa “franqueza, abertura do coração, abertura de palavra, abertura de linguagem, liberdade de palavra” (CANDIOTTO, 2010, p.

141) e, segundo as palavras do próprio Foucault citadas por Candiotti (2010, p. 141) a *parrhesía* se traduz como “a abertura que faz com que se diga, que se diga o que se tem a dizer, que se diga o que se tem vontade de dizer, o que se pensa dever dizer porque é necessário, porque é útil, porque é verdadeiro”. E Sócrates serve de exemplo para Foucault para mostrar-nos a *parrhesía*, de modo que em seu discurso de defesa diante da Assembleia ateniense, destaca-se a coragem do filósofo em colocar sua vida em risco em nome da verdade e para cuidar dos atenienses e da própria cidade, só que ele o faz distante das instituições políticas (CANDIOTTO, 2010). Desponta, nesse sentido, uma ética do sujeito exposta por Foucault (2006) onde colocar a vida em risco para salvar valores que agem para enaltecer a verdade é fazer da coragem o sentido da ética que visa o cuidado de si que se projeta como cuidado do outro. Portanto, sobre o personagem Wiesler, tem-se que ele não falou, mas agiu, já que, “alguém se torna sujeito somente quando age” (CANDIOTTO, 2010, p. 162).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cenas finais de “A vida dos outros” ocorrem com alusão feita à queda do muro de Berlim e à abertura política que destituiu o regime socialista sob os auspícios da “cortina de ferro” na ex-Alemanha Oriental. Assim, temos a reestrea de uma peça de teatro de Dreyman, já em época de uma única Alemanha. Porém, Dreyman não suporta rever a remontagem do seu espetáculo por recobrar as lembranças de Christa e, ao deixar o teatro reencontra o ex-ministro Hempf, que lhe revela

quanto sua vida era monitorada pelo regime totalitário alemão oriental, ao contrário do que pensava o próprio Dreyman. Tal revelação o faz descobrir em seu apartamento todas as escutas e, ao procurar os arquivos nacionais que guardam as informações de todos que eram considerados inimigos do partido, descobre também as informações do caso 'Lazlo', ou melhor, de si mesmo e de sua companheira CMS (Christa).

Ao ler os arquivos, Dreyman descobre que muitas informações que constavam nos relatórios dos agentes da Stasi (Wiesler) tinham sido modificadas, o que acabou por protegê-lo, especialmente no que dizia respeito sobre o sumiço da máquina de datilografar que acarretou a morte de Christa, mas evitou a prisão de Dreyman. É nesse momento que ele também tem acesso à assinatura do depoimento de Christa à Stasi e descobre sua traição. No entanto, seus olhos se voltam para a coragem do agente HGM XX/7, ou seja, Wiesler, que foi o grande responsável pela proteção de Dreyman e para quem esse último lança um livro intitulado "Sonata para um homem bom", o qual é dedicado em gratidão à HGM XX/7.

Assim como o silêncio de todos que viveram sob o jugo da Ditadura do Proletariado nas antigas repúblicas socialistas lideradas pela extinta União Soviética, o final da película se encerra com o olhar silencioso de Dreyman que reconhece Wiesler, à distância, trabalhando como carteiro, mas que não vai ao seu encontro; e o olhar de Wiesler, que por sua coragem de verdade, atitude de um verdadeiro parrhesiasta, observa a homenagem que lhe cabe na abertura do livro, como resultado de um ser humano que foi capaz de cuidar de si mesmo quando deixou que sua alma fosse penetrada pelas palavras de Brecht e pela melodia tocada em um piano, para depois ser capaz de sentir o significado de ser humano.

Por fim, a coragem de Wiesler foi capaz de fazer dele um sujeito para além de uma subjetivação controlada ou disciplinada, mas ao contrário, um sujeito de resistência que, por ter responsabilidade sobre si e conseguir construir eticamente um caminho para sua própria conduta, também lhe propiciou cuidar do outro, protegendo outra pessoa em nome de valores humanos como a liberdade. Para Wiesler foi um novo começo, já que “o começo é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós”.⁹

NOTAS

¹Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: lillehammer@bol.com.br.

²Ver Rollemberg & Quadrat (2010).

³Devemos deixar claro que em nenhum momento Foucault desenvolveu análises sobre o regime socialista que foi implantado na antiga União Soviética e nos países que compunham sua área de influência.

⁴Para uma análise da obra “As origens do totalitarismo” de Hannah Arendt ver Ferreira (2000).

⁵Plano de abertura política promovido pelo governo soviético de Mikhail Gorbachev no início da década de oitenta do século passado.

⁶Deste ponto em diante, algumas citações são excertos retirados do próprio filme.

⁷No plano conceitual, acerca de suas definições sobre o totalitarismo, a própria autora esclarece: “A diferença decisiva entre a dominação totalitária, baseada no terror, e as tiranias e as ditaduras, estabelecidas pela violência, é que a primeira investe não apenas contra seus inimigos, mas também

contra seus amigos e apoiadores, temendo todo poder, mesmo o poder de seus amigos. O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial inicia a devoração de suas próprias crias, quando o executante de ontem se torna a vítima de hoje”. In.: ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 73. Esse posicionamento teórico da autora poderá ser observado no decorrer do artigo quando das desconfiças do chefe do agente Wiesler em relação às suas atitudes “suspeitas”.

⁸Aqui vale a pena transcrever o diálogo entre Wiesler e Christa no encontro dos dois no bar. W: “Senhora?”; C: “Me deixe, quero ficar sozinha”; W: “Srta. Sieland”; C: “Nós nos conhecemos?”; W: “Você não me conhece, mas eu a conheço. Muita gente a ama...pelo que você é”; C: “Atrizes nunca são quem elas são”; W: “Você é. Eu a vi no palco. Você foi mais quem você é do que você é agora”; C: “Então você sabe como eu sou”; W: “Eu sou o seu público”; C: “Eu preciso ir”; W: “Para onde?”; C: “Vou me encontrar com uma antiga colega de classe”; W: “Está vendo? Agora você não foi você mesma”; C: “Não?”; W: “Não”; C: “Então você a conhece bem, essa Christa-Maria Sieland. O que você acha. Ela seria capaz de magoar alguém que a ama mais do que tudo? Ela seria capaz de se vender pela arte?”; W: “Pela arte? Você já tem a arte. Seria um péssimo negócio. Você é uma grande artista. Não sabe disso?”; C: “E você é um bom homem”.

⁹Ver Arendt (1989, p. 531).

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1 ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

BENTHAM, Jeremy et al. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010.

FERREIRA, Assuéro. Hannah Arendt: sobre o totalitarismo. In: BARREIRA, César (org.) et. al. **Poder e disciplina: diálogos com Hannah Arendt e Michel Foucault**. Fortaleza: EUFC, 2000.

FERRO, Marc. Há “democracia demais” na URSS? In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX — Europa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 65-91.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault: crimes e castigos na URSS e em outros lugares. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 189-202.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: **Ditos & escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 241-252.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c.

REIS, Daniel Aarão. Stalin, stalinismo e sociedade soviética. Literatura e história. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT,

Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários:** legitimidade, consenso e consentimento no século XX — Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 93-120.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Michel Foucault e o direito.** Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários:** legitimidade, consenso e consentimento no século XX — Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ENVIADO EM: 15/12/2015

APROVADO EM: 15/02/2016